

AFOGAR OU RESISTIR: A LUTA PELA TERRA NO VALE DO RIO SÃO MARCOS - GOIÁS/BRASIL.

NASCIMENTO, Aline Cristina¹. Universidade de São Paulo – alinenask@ig.com.br

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de²

O tema das barragens é uma questão recente para a história e a geografia brasileira. A política autoritária implementada pelo Estado a partir da década de 1960, explicitou a luta contra a expropriação da terra e trouxe a tona novos elementos que redefinem as relações cidade-campo.

A intervenção do Estado brasileiro financiando e construindo barragens para a produção de energia elétrica faz com que a população atingida por barragens se mobilize e organize enquanto Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que nos últimos anos se constrói em nível nacional e internacional, transformando bandeiras como “*Terra por Terra na beira do lago*” em “*Terra por Terra*”, e num momento seguinte passou, em muitos casos, a se antecipar à construção de barragens, questionando e impedindo ações que desalojaria milhares de camponeses e destruiria todo seu modo de vida.

Não se trata somente de uma luta de camponeses, muito embora sejam eles, a base social fundamental do movimento. Envolve também outros setores sociais interessados na contestação do modelo de desenvolvimento vigente em nosso país, que expropria o campesinato, destrói a natureza e está vinculado a uma política industrial que insere o Brasil no sistema capitalista internacional como grande exportador de energia em forma de produtos, além dos desperdícios internos de energia. A implantação de novos projetos hidrelétricos por todo o país, produzindo o deslocamento compulsório de populações, fez com que a luta contra as barragens se territorializasse, na maioria dos casos, concomitante aos grandes projetos. Neste

¹ - Mestranda em Geografia Agrária na Universidade de São Paulo. E-mail: alinenask@ig.com.br

² Orientador - Professor Titular – Depto. Geografia – FFLCH - USP

contexto se encontra o MAB Serra do Facão no vale do rio São Marcos, no sudeste goiano.

A resistência de camponeses como sujeitos políticos e a sua territorialização enquanto MAB no vale do rio São Marcos deve ser entendida como um avanço no nível de conscientização a respeito da política expropriatória do atual modelo energético. A situação dos camponeses que agora são sujeitos da luta, de conquistas e derrotas, é sensivelmente diferente da situação que se encontravam antes de se organizarem.

O MAB está se territorializando no Vale do Rio São Marcos, criando e recriando táticas de resistência que resultaram no atraso das obras por mais de quatro anos. E especialmente está fazendo com que surja, na região, um amplo debate e vários questionamentos sobre a barragem, e sobre o próprio modelo de geração de energia. Existe hoje uma grande dúvida na comunidade regional se a construção da barragem é importante ou não.

1.1 Modelo Energético Brasileiro: conflitos e jogo de interesses

O núcleo do atual sistema elétrico brasileiro – as grandes barragens – começou a ser estruturado em 1945, quando o presidente Getúlio Vargas criou a Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF, com a finalidade de construir a barragem Paulo Afonso. Inaugurada em 1955, maior obra da engenharia brasileira até a época. Desde então, o sistema elétrico do país se expandiu e se consolidou.

Sobre isso SANTOS & SILVEIRA (2002:69) comentam:

A difusão da energia elétrica no território nacional leva, num primeiro momento, à construção de sistemas técnicos independentes, chamados a atender às necessidades locais. Mais tarde, a ocupação e a urbanização do território, o processo de industrialização, o aperfeiçoamento das técnicas de geração e transmissão e a organização centralizada do setor em torno da Eletrobrás (a Eletrobrás foi criada em abril de 1961 sob organização de uma autarquia, na qual coexistem empresas geradoras e distribuidoras e empresas somente distribuidoras)

convergem para interligar boa parte dos sistemas isolados. Essa vocação para a unificação decorre também de uma tendência à unicidade das técnicas no período contemporâneo (...). Graças à difusão de objetos e formas análogos, torna-se, possível comunicar as linhas por meio de interfaces e subestações de conversão. Constituem-se, portanto, dois grandes subsistemas no território nacional: Norte/Nordeste e Sul/Sudeste/Centro-Oeste. O primeiro iniciou-se com a Usina Paulo Afonso em 1955, a linha de transmissão que une Sobradinho, Imperatriz, Tucuruí. O segundo subsistema, mais denso, foi interligado a partir de 1963, com a Usina de Furnas no Rio Grande e a interconexão do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Verifica-se, assim, uma expansão das linhas de transmissão no Brasil, passando de 4.513,3 quilômetros em 1955 para 159.291,6 quilômetros em 1995.

A reestruturação do setor elétrico brasileiro teve início em meados da década de 90 com a lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 que trata do regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, conforme a lógica do *pensamento único*. O pilar central dessa reforma teve como objetivo básico à criação de um mercado setorial competitivo, com atração de investimentos privados, aumentando assim a eficiência dos serviços elétricos e diminuindo o preço da energia para o setor empresarial.

Em maio de 2001 o Brasil viu-se diante de uma *crise energética*. A crise de energia que assolou o país naquele momento foi apresentada como decorrente da falta de chuvas durante a estação 2000/2001. O presidente Fernando Henrique Cardoso, se desculpou dizendo surpreendido; cidadãos comuns e companhias viram-se sujeitos a um racionamento compulsório de energia. Ato simples e corriqueiro como apagar uma lâmpada fora tomado pelo terror e visto como atitude daqueles que *não pensam no Brasil*. O presidente formou o “Ministério do Apagão”

para definir medidas extraordinárias que acelerariam a construção de novas estações geradoras.

Com as privatizações e a abertura do mercado, quem mais tem ganhado são os grupos internacionais/investidores e seus associados no Brasil. Tecnochratas que prepararam o modelo de privatização e reestruturação do modelo energético se aliaram aos compradores. Sabe-se que os grandes perdedores são os consumidores residenciais, cujas tarifas aumentaram muito e, provavelmente, vão continuar aumentando. Trabalhadores do setor tiveram seus postos de trabalho reduzidos a menos da metade, foram demitidos sujeitos à terceirização e cortes salariais.

No Brasil a matriz energética hidrelétrica responde por cerca de 93% da energia consumida no país. Mesmo no governo Lula as hidrelétricas continuam sendo prioritárias. Há 494 projetos para novas barragens até 2015, principalmente na bacia do Tocantins, Amazônia e região Sul. São mais de 2.000 barragens já construídas em todo o país, que inundaram uma área de aproximadamente 34 mil Km². Cerca de 2/3 (63,6%) deste potencial encontra-se localizado na Região Amazônica, onde a implantação do modelo energético é de altíssimo impacto ambiental e elevado custo social; outros 20% do potencial encontra-se no sul, nas bacias dos rios Paraná e Uruguai. Deve-se ressaltar que, do potencial brasileiro estimado em 260,3 mil MW, o país aproveita apenas 61 mil MW (25%)³.

As implicações ambientais, culturais e sociais de uma rede hidrelétrica na Amazônia são preocupantes. Até agora, cerca de 14 barragens foram planejadas para a bacia dos rios Tocantins e Araguaia sem qualquer estudo que analise os impactos cumulativos e sinérgicos desses projetos. As equações dos impactos ambientais que ligam a amplitude dos impactos das barragens à extensão do território inundado pelo reservatório ignoram o fato que alguns dos mais graves problemas com grandes barragens no Brasil, que já foram sentidos pela população ribeirinha e, no caso da Amazônia, não pode fechar os olhos a *questão indígena*. É secular o desrespeito a essas pessoas.

³ Dados do Movimento dos Atingidos por barragens (www.mabnacional.org.br).

A democratização do sistema recomenda a diversificação da produção de energia. Isso não significa, contudo, investimentos em quaisquer fontes de energia. Usinas nucleares e termelétricas que dependem de óleo e carvão, por exemplo, trazem riscos enormes para a população e para o meio ambiente. O gás natural pode ser uma opção menos predatória. Entretanto, como recurso não-renovável e emissor de gases de efeito estufa, deve ser explorado com parcimônia. Neste sentido, a consequência mais sustentável da crise deveria ser uma proposta de complementação do sistema hidrelétrico existente através de investimentos em energias alternativas.

Uma nova política energética deve reconhecer que o desenvolvimento econômico não decorre, necessariamente, da disponibilidade ilimitada de energia, mas sim, de seu uso racional. A eficiência (O QUE É EFICIÊNCIA SE NÃO UMA ARROGÂNCIA NEOLIBERAL?) energética deve ser uma meta incluída em cada nova obra, principalmente na indústria, incluindo aí a eficiência das próprias usinas elétricas. *(Estimativas do Prof. Célio Bermann⁴ mostram que medidas como a modernização de usinas antigas, a redução das perdas no sistema elétrico e a cogeração a partir da biomassa (bagaço de cana, por exemplo) pode aumentar a produção de energia no Brasil em 18 mil MW. Isso equivale a uma usina bem maior que a de Itaipu (12,6 mil MW MANDE PARA RODAPÉ).*

No impasse entre ficar ou sair de suas terras os atingidos acumulam vitórias e derrotas por meio da luta *r-existência*. E sua luta não se resume em lutar contra a construção de barragens, mas pela construção de um novo modelo energético para o Brasil, um modelo popular, onde a água e a energia sejam bens públicos disponíveis a toda população brasileira.

1.2 Ficar ou Sair da terra? No impasse, a luta.

A questão pública colocada pela luta dos camponeses contra a expropriação de suas terras pelos projetos energéticos é uma questão de toda a sociedade

⁴ Programa de Pós-Graduação em Energia /USP

brasileira. A política energética precisa ser democratizada e isso envolve vários aspectos, entre eles a construção de barragens.

Se a luta pela reforma agrária, em muitos movimentos, é articulada politicamente à questões urbanas como desemprego, violência, inchamentos das cidades etc., a luta dos atingidos por barragens soma e amplia essa questão. Ao questionar as barragens se questiona o padrão de consumo energético e a política econômica urbano-industrial. Que alternativas energéticas estão sendo pesquisadas e disponibilizadas à sociedade? Que prioridades são dadas a produção industrial? Esses questionamentos contribuem para a sociedade ver o campo brasileiro com outros olhos, não como um *vazio*, em proveito do modelo de desenvolvimento dominante, mas como um espaço ocupado por populações com quem precisa dialogar. Ao querer apagar do mapa populações camponesas, as classes dominantes se vêem confrontadas com as questões da reforma agrária. O confronto aqui não é somente com o latifúndio, mas também com os conglomerados imperialistas do setor energético.

A luta contra os grandes projetos de barrageiros vem desde a segunda metade da década de 70, quando agricultores da região de Itaipu, através de sindicatos e organizações ligadas à Igreja, se mobilizaram por melhores indenizações e reassentamentos, dando origem ao movimento *Justiça e Terra*. Desde então, em Itaparica, em Tucuruí, na Bacia do rio Iguaçu, no vale do Jequitinhonha, no Xingu, na Bacia do rio Uruguai, no rio São Marcos por toda parte, onde se constroem ou projetam hidrelétricas, grupos sociais prejudicados têm *r-esistido* e levantado as mais diversas reivindicações. Em alguns casos, como em Capanema (PR) e em Machadinho (RS) a luta foi suficiente para provocar o atrazo e abandono dos projetos. Em Itá (fronteira de RS e SC), importantes avanços foram conquistados no que se refere ao equacionamento dos problemas como indenizações e reassentamentos.

A luta das populações atingidas pelas barragens era no início pela garantia de indenizações justas e reassentamentos, depois evoluiu para o questionamento da construção de barragens e do próprio modelo energético. Assim, os atingidos passaram a perceber que, além da luta isolada, deveriam se contrapor ao modelo

energético nacional e internacional. Para isso, seria necessária uma organização maior que fosse capaz de unificar a luta em todo o Brasil. Assim, em abril de 1989, em Brasília, foi realizado o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, com a participação de quatro grandes delegações de trabalhadores, representando, grosso modo, grandes regiões do Brasil. Neste encontro se realizou um levantamento global das lutas e experiências dos atingidos em todo o país, além de ter formado uma Comissão Nacional Provisória, que iria responder e articular o Movimento nacionalmente.

Dois anos após, em março de 1991, realizou-se o I Congresso do Movimento dos Atingidos por Barragens com a participação de atingidos de várias regiões do país, quando se definiu que o MAB deve ser um movimento nacional, popular e autônomo, que se organiza e articula com ações contra as barragens a partir das realidades locais e dos princípios deliberados pelo I Congresso Nacional. O dia 14 de março foi instituído como o dia nacional de luta contra as barragens, comemorado, desde então, em todo o país.

Uma das principais metas do MAB, reafirmadas no V Encontro Nacional de Atingidos, em junho de 2003, foi o de garantir que a luta se unifique os vários movimentos isolados, além de incentivar novas frentes de luta. Um dos principais desafios dessa meta é a consolidação do MAB no Estado de Goiás, que possui fortes lutas, como a organização de atingidos em Cana Brava (norte do Estado) e no vale do rio São Marcos (Sudeste Goiano).

1.3 A Territorialização do MAB no Vale do Rio São Marcos

Antes de falarmos sobre a territorialização do MAB no Vale do Rio São Marcos é necessário fazer um breve resgate histórico do movimento em Goiás. Existem vários focos de resistência que mesmo diante da incipiente organização dos atingidos no Estado, travam lutas significativas, como exemplo, as barragens de Cana Brava, Serra da Mesa e Serra do Facão. São índices da espacialização e territorialização do MAB em Goiás. Desde 1989, no I Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens, Goiás participou com uma Comissão de atingidos pela

Barragem do Peixe, no rio Tocantins e mais recentemente participou do V Encontro Nacional com representantes dos diversos movimentos consolidados no Estado. Contudo ainda não estão regionalmente articulados. São movimentos isolados e o maior desafio hoje, é a unificação dessas lutas, para o fortalecimento do MAB enquanto movimento nacional.

A Luta dos Atingidos por Barragens, começa sua história em 1989, quando um movimento de defesa da população atingida pelo Aproveitamento Hidrelétrico Foz do Bezerra no rio Paraná, afluente do rio Tocantins, ganhou visibilidade. De lá para cá, muitos projetos foram planejados para o Estado e, desses, vários já foram construídos e representam hoje grandes desastres ambientais e sociais. Nesse contexto se encontram as barragens de Cana Brava e Serra da Mesa no Norte do Estado.

Outra realidade Goiana é as lutas contra os empreendimentos que já estão licenciados, mas ainda não iniciaram as obras civis. Seja pela resistência dos atingidos e/ou pela não liberação dos recursos por parte do Governo Federal as obras permanecem paradas. Nesse caso se encontram as barragens de Corumbá III e IV, no rio Corumbá e Serra do Facão, no rio São Marcos.

Em Corumbá IV, com os recursos liberados pelo governo e os atingidos despejados, o movimento não conseguiu se articular para impedir a barragem, mas o pequeno número de atingidos organizou várias ações, atos públicos e denúncias ao Ministério do Meio Ambiente e das Minas e Energia e conseguiram um adiamento da obra por alguns meses, o que foi suficiente para que os empreendedores efetuassem, ao menos parcialmente, indenizações mais justas.

Corumbá III se encontra em processo de licenciamento. Paralelamente, a luta se organiza com a participação dos atingidos em cursos de formação nacional oferecido pelo MAB nacional, com o intuito de começar uma organização contra a construção da barragem.

Caso que interessa ao nosso projeto, o Rio São Marcos, onde está prevista a implantação da barragem Serra do Facão tem como tributários cursos d'água que nascem no alto do Chapadão de Santo Antônio do Rio Verde, onde estão as grandes

fazendas modernas, produtoras de soja, trigo, café como atividades principais. O chapadão é a área mais alta e plana e melhor irrigada do município de Catalão/GO, e isso foi o atrativo para os grandes empresários rurais que, ao verem reduzidas suas possibilidades de expansão nos seus lugares de origem – São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – migraram com seu capital, *know how* e influência política para as áreas de cerrado.

As áreas de relevo mais *enrugado*, especialmente os vales dos rios São Marcos e São Bento e as encostas da serra do Facão permaneceram ocupadas por pequenas lavouras, criação de gado extensiva, predominando pequenas e médias propriedades. São moradores que estão no local por várias gerações e ali tem construído suas vidas até que surgiu a ameaça da construção da barragem Serra do Facão.

A Barragem Serra do Facão - no rio São Marcos - entre o municípios de Catalão e Davinópolis (ver figura 1) foi licenciada junto com um pacote de novas hidrelétricas para solucionar o problema da *crise energética* de 2001. Na esteira da privatização do setor elétrico, a concessão da Hidrelétrica foi dada ao grupo de empresas privadas - Alcoa Alumínio, Votorantin Cimentos Ltda, DME Energética, Camargo Correia, Companhia Brasileira de Alumínio - GEFAC (Grupo de Empresas Associadas Serra do Facão).

O primeiro parágrafo da lei da concessão diz que a energia produzida será utilizada exclusivamente por estas empresas, que são nacionais e multinacionais. Essas empresas possuem em seus currículos, uma lista de desastres ambientais e sociais de toda ordem. A barragem Serra do Facão, *se construída*, inundará uma área de 21.000 ha de terras férteis para produzir apenas 210 MW de energia, o que seria equivalente a mais uma turbina instalada na Barragem Emborcação, no município de Três Ranchos, a 35 km de Catalão.

Diante da iminência da destruição das suas condições de vida e da possibilidade do deslocamento compulsório, os pequenos agricultores do vale do rio São Marcos estão construindo uma nova identidade como sujeitos sociais transformadores. Começaram a se organizar como Movimento Popular de Resistência depois que o GEFAC começou a organizar sob seus *interesses* a ARPRA - AHESF

(Associação dos Produtores Rurais Atingidos pela Hidrelétrica Serra do Facão) que era composta pelos poucos e grandes proprietários que existem na área. O objetivo dessa associação, da qual os pequenos proprietários foram excluídos, era negociar e responder por todos os atingidos perante a empresa, ou seja, intermediar a expropriação.

A Igreja Católica através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de alguns professores do Curso de Geografia da UFG/CAC começaram a incentivar os atingidos, que não faziam parte da ARPRA, a se reunirem e questionarem o caráter da associação e discutir a realidade do modelo energético, bem como a necessidade de organização. Neste contexto se formou uma consciência de luta entre os atingidos e as entidades de apoio. Para uma melhor orientação, recorreram ao MAB nacional para que se consolidasse, na região, o Movimento dos Atingidos por Barragens que pudesse compartilhar experiências e metodologias de organização do movimento nacional.

Concomitantemente às primeiras reuniões dos atingidos organizados enquanto MAB começou a se explicitar no município de Catalão a posição dos políticos locais apoiados por latifundiários. Com discursos e ações apoiavam a construção da barragem, e dialeticamente começaram a surgir parceiros na luta como o Sindicato METABASE e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB/Seção Local) e Associação dos Docentes do Campus de Catalão (ADCAC).

Nesse processo, os espaços de socialização política se dão através do trabalho de base e reuniões periódicas em locais cedidos pela Igreja e /ou sindicatos ou nas próprias comunidades ameaçadas. Essas práticas são resultados das trocas de experiências que se tornaram táticas de formação e organização do MAB.

A situação dos camponeses que agora são sujeitos da luta, de conquistas e derrotas, é sensivelmente diferente da situação que se encontravam antes de se organizarem. Organizados em grupos de base, os atingidos promoveram em novembro de 2002, o I Encontro de Formação de Lideranças de Serra do Facão, em Catalão. Esse encontro foi decisivo na consolidação do MAB na região, pois possibilitou aos atingidos, maior entendimento do modelo energético e das políticas internacionais que controlam esse setor⁵

Em Janeiro de 2003, documentos de denúncias⁶ foram protocolados, nos Ministérios das Minas e Energia, do Meio Ambiente, Desenvolvimento agrário, no IBAMA Federal e Estadual, bem como nas Agências do Meio Ambiente federal e estadual ressaltando as diversas irregularidades detectadas no EIA/RIMA⁷ pelos professores do Curso de Geografia da UFG/CAC e os *desmazelos* com os cadastramentos das famílias e propriedades atingidas. Em consequência dessa ação dos atingidos ocorrem duas reuniões muito importantes para o movimento. Uma com a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e a outra com o Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, Ronaldo Schuck. Participaram também desta reunião, a convite dos atingidos, representantes do METABASE e STR, da Igreja Católica, da AGB Seção Catalão e do Curso de Geografia. Esse ato possibilitou aos atingidos perceberem que a ação do novo governo, não iria resolver, pelo menos de imediato, os problemas do setor energético brasileiro.

Essa consciência intensificou ainda mais a luta de resistência. Em 08 de Abril, numa ação integrada dos atingidos do Brasil, foi programado um ato no canteiro de obras da Barragem Serra do Facão. O “Ato Público em Defesa da Água, da Vida e da Terra de Trabalho” reuniu cerca de 350 atingidos em passeata pelas ruas de Catalão, causando grande impacto em uma cidade sem a tradição democrática. Esse ato teve como ponto alto, o *Manifesto Contra a Barragem* entregue no escritório do grupo

⁵ . Resultado deste encontro foi à criação do Boletim Informativo MAB, já com três números publicados. O Boletim informa os passos do movimento e denuncia os atos da empresa. De lá para cá, várias reuniões, atos públicos (passeatas) e denúncias em órgãos públicos foram realizadas.

⁶ Estes documentos denunciam a implantação das 16 barragens construídas, em construção e planejadas para o sudeste goiano. E também o processo ilícito que se deu o licenciamento da Barragem Serra do Facão.

⁷ EIA – Estudo de Impactos Ambientais. RIMA – Relatório de Impactos Ambientais

GEFAC e na construtora Camargo Correia. No dia seguinte ao ato, o GEFAC divulgou seu primeiro jornal em resposta ao movimento. O jornal do grupo foi uma tentativa de responder politicamente ao Boletim do MAB/Serra do Facão, e nele tentar mostrar, com belas fotos e impressão de luxo, as vantagens que a barragem traria para Catalão e região.

O MAB está se territorializando no Vale do Rio São Marcos, criando e recriando táticas de resistência que resultaram no atraso das obras por mais de um ano. E especialmente está fazendo com que surja, na região, um amplo debate e vários questionamentos sobre a barragem, e sobre o próprio modelo de geração de energia. Existe hoje uma grande dúvida na comunidade regional se a construção da barragem é importante ou não.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. 1992 **Paradigmas do capitalismo agrário em questão** – HUCITEC, São Paulo.
- BARREIRA, C. C. M. A. , 2002. **Vão do Paraná: a estruturação de uma região.** Brasília: Ministério da Integração Nacional. Universidade Federal de Goiás.
- BENJAMIM, C. 2001. **O Porquê do Apagão.** In Revista Caros Amigos, Ed.Casa Amarela, São Paulo-SP.
- CARVALHO, O. A. de. **Da Exclusão à Cidadania: Globalização e Movimentos Sociais.**
- CARVALHO, Horácio Martins. **O Campesinato no Século XXI: Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil.**
- CHAYANOV, A. V. 1974. **La organizacion de la unidad econômica campesina** – Nueva Vision – Buenos Aires.
- CHIAVENATO, J. J. 1991. **O Massacre da Natureza.** Ed. Moderna: SP.

CNEC. 2002. Estudos Ambientais Relatório em Andamento do Aproveitamento Hidrelétrico de Serra do Facão.

Documento publicado pelo Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. , 2002. **A Sustentabilidade que Queremos.**

EIA/RIMA do AHE Serra do Facão, Rio São Marcos. (mimeo).

Entrevista com os Atingidos pela AHE Serra do Facão

FERNANDES, B. M. 2002. **Movimento Social como categoria geográfica.** Terra livre, São Paulo, nº 15.

GERMANE, I. G. 2003. **Expropriados Terra e Água: o conflito de Itaipu.** Salvador: UDUFBA:ULBRA.

GOHN, M. da G. 1995. **História dos movimentos sociais e lutas sociais: A construção da Cidadania dos Brasileiros.** São Paulo: Loyola.

GONÇALVES, C. V. P. 1984. **Paixão da terra.** Rio de Janeiro: Rocco/Socci.

GRZYBOWSKI, C. 1990. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.** Petrópolis-SP.

KAUTSKY, K. 1980. **A Questão Agrária.** Proposta Editorial, São Paulo.

LE GOFF, J. 1992. **História e memória.** São Paulo: Editora da UNICAMP.

LENIN, V. L. 1982. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia.** Abril Cultural, São Paulo.

LINS DE BARROS, M. 1989. Memória e família. **Estudos Históricos**, Memória vol. 2, n. 3.

MARTINS, D. & VANALLI, S. 1994. **Migrantes.** São Paulo: HUCITEC

MARTINS, J. de S. 1993. **A chegada do estranho.** São Paulo: HUCITEC.

_____ 1982. **O Cativo da Terra.** Ed. Ciências Humanas, São Paulo.

_____ 1981. **Os Camponeses e a Política no Brasil.** Vozes, Petrópolis.

_____ 1996. **O Poder do Atraso.** HUCITEC, São Paulo.

- _____. 2000. **A Reforma Agrária: o impossível diálogo**. EDUSP, São Paulo.
- MARX, K. 1988. **O capital: crítica da economia política**. Tradução R. B. e F. R. Kothe 3 ed. V. 1. São Paulo, Nova Cultural.
- MESQUITA, H. A. 1993. **A Modernização da Agricultura. Um caso em Catalão, Goiás**. Goiânia: ICHL/UFG. (Dissertação de Mestrado).
- MOREIRA, R. 1996. **Da Região à rede e ao Lugar** (a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo). In: *Ciência Geográfica*, ano III, nº 6. Bauru: AGB.
- _____, 2002. **Territorio Territórios**. Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGeo – UFF/AGB, Niterói.
- Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. **A Organização do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB**. Caderno de Formação nº. 5, São Paulo – SP.
- Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. **Construir um outro modelo é possível**, caderno n. 6. São Paulo- SP.
- OLIVEIRA, A. U. 1996. **A Geografia das Lutas nos Campo**. São Paulo: Contexto.
- _____. 2001. **Agricultura camponesa no Brasil**. Contexto, São Paulo.
- _____. 1996. **Modo capitalista de produção e agricultura**. Ática, São Paulo.
- _____. **Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil**. In *Terra Livre*, nº 21, AGB, São Paulo, jul/dez 2003, pg. 113 – 156.
- ORTIZ, L. S.(Org.). 2002. **Fontes alternativas de energia e eficiência energética: opção para uma política energética sustentável no Brasil**. Campo Grande-MS. Coalisão Rios Vivos 2002. Ed. Gimin Gráfica e editor.
- PRADO JR, C. 1979. **A Questão Agrária no Brasil**. Brasiliense, São Paulo.
- RODRIGUES, C. M. C. 1999. **Águas aos olhos de Santa Luzia: Um estudo de memória sobre o deslocamento compulsório de sítiantes em Nazaré Paulista (SP)**. Campinas: Editora da UNICAMP.

SADER, E. 1988. **Quando Novos Personagens entram em Cena**: Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SHANIN, T. 1993. **La Classe Incomoda**. Alianza Editorial, Madrid.

SANTOS, M. 1996. **Espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel.

_____. 1988. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel.

_____. 2002. **Por uma outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record.

STÈDILE, J. P. (Org.). 1994. **A Questão Agrária Hoje**. Editora da URG/ANCA.

VIEIRA, M. do P. de A. 1989. **A pesquisa em História**. São Paulo: Ática.

Outras Fontes:

www.chiapas.hgp.ig.com.br

www.mab.mabnacional.org.br

www.novaimprensa.inf.br/comissao_mundial_de_barragens.html

www.riosvivos.org.br